

ESPELHO DE PROVA

O candidato deve elaborar o parecer jurídico com sistematização lógica e observando a estruturação adequada, com introdução, desenvolvimento e conclusão. Quanto ao assunto proposto, deve destacar que as contratações realizadas pela Administração Pública devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia, indicando que a contratação, nos moldes propostos pelo projeto de lei afronta aos princípios da isonomia e da moralidade, na medida que estabelece favorecimento absoluto a determinados agentes econômicos em razão do porte empresarial e de sua localização geográfica.

Deve mencionar a importância dos princípios da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa, em termos de preço e adequação técnica. Deve apontar que a dispensa de licitação é uma faculdade conferida ao administrador público, o qual pode promover o procedimento licitatório mesmo nas hipóteses legais de dispensa; que a dispensa de licitação se justifica na desnecessidade de realização do certame; que a proposta de lei municipal cria uma nova hipótese de dispensa de licitação, mais abrangente do que aquela disposta na legislação federal, a qual prevê a possibilidade de dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia que envolvam valores até R\$ 100.000,00. Deve discorrer que a Constituição federal assegura aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, no entanto, as normas gerais de licitação e contratação são de competência privativa da União, cabendo aos municípios apenas complementar a legislação federal no que couber (art. 24, XXVII).

Deve argumentar que embora o tratamento favorecido ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte seja louvável, tais favorecimentos devem ser feitos em observação à legislação vigente e em cotejo com os princípios da administração pública e demais princípios constitucionais e legais.